



LIDO NA SESSÃO DO DIA

06 OUT 2015

1º Secretário

Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PROTOCOLO

REQUERIMENTO

Nº

APROVADO (A)
VAI AO EXPEDIENTE
Em 08/10/2015

1º Secretário

AUTOR: DEPUTADO LAERTE GOMES/PEN

Requer à Mesa Diretora que seja agendada uma Audiência Pública para o dia 22/10/15, às 09h, para um Debate Municipalista.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora na forma regimental, nos termos do artigo 181, inciso XIV, a realização de Audiência Pública para o dia 22 de outubro de 2015, às 09:00 horas, com o objetivo de realizar um Debate Municipalista.

Plenário das Deliberações, 05 de outubro de 2015.

LAERTE GOMES
Deputado Estadual/PEN

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares, o presente requerimento tem por objetivo debater sobre a crise enfrentada pela maioria dos municípios do Estado de Rondônia. Hoje, os prefeitos são obrigados a se transformarem em verdadeiros heróis de suas comunidades para evitar que os serviços, inclusive os essenciais para a população, sejam paralisados.

Major Amarante 390 Arigolândia Porto Velho/RO.
Cep.: 76.801-911 69 3216.2816 www.ale.ro.gov.br



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PROTOCOLO

REQUERIMENTO

Nº

AUTOR: DEPUTADO LAERTE GOMES/PEN

Podemos citar, em parte, alguns dos motivos da crise que acomete não só os municípios de Rondônia, mas do país:

- R\$ 35 bilhões de Restos a Pagar, devidos pelo governo federal desde 2009;
- R\$ 121,4 bilhões em isenção do Imposto de Produtos industrializados (IPI) concedido pelo governo em prejuízo aos Municípios;
- R\$ 540 bilhões em deterioração do Fundo de Participação dos Municípios (FPM);
- Subfinanciamento de programas federais, como o da merenda escolar, que destina apenas 30 centavos para a merenda de cada um dos alunos;
- Gastos em Saúde: a Constituição determina 15% do orçamento dos Municípios. Mas o gasto ultrapassa os 23% pela ausência da União e dos Estados;
- Sobre a Educação, os municípios deveriam investir 25%, no entanto gastam mais de 29% para cobrar o que deixam de receber da União e dos Estados.

Após a crise econômica mundial em 2008, o governo federal adotou uma série de políticas de desonerações de impostos. Mas a grande maioria delas foram em impostos partilhados com estados e Municípios. Isto teve como consequência a falta de recursos financeiros para os municípios. Conforme demonstra o site <http://www.panorama.cnm.org.br>, o município de Alvorada do Oeste deixou de receber entre 2008 e 2014, o total de R\$ 14.585.102,34, e Ji-Paraná o total de R\$ 44.798.882,51 (fonte: TCU - Tribunal de Contas da União), valores estes que poderiam ser investidos em saúde, educação, dentre outros.

Diante da relevância deste pleito, conto com o apoio dos nobres Deputados para buscarmos soluções que amenizem a situação dos municípios de nosso Estado.

